



SAÚDE

Dengue volta a ser alvo de preocupação

Mesmo muito abaixo dos números do ano passado, as primeiras semanas de 2025 registraram aumento significativo da doença no país. Governo afirmou que intensificará as campanhas de combate ao mosquito transmissor

» VITÓRIA TORRES*

Raul Santana/FioCruz



Sorotipo 3 volta a circular e preocupa as autoridades. Prevenção e vacinação se tornaram prioridade nas cidades afetadas pela doença

O Brasil entrou em estado de alerta novamente, pois 2025 começou com um número expressivo de casos de dengue. Nas primeiras semanas de janeiro, foram registrados 87.018 notificações prováveis da doença, segundo o Painel de Monitoramento das Arboviroses do Ministério da Saúde. Até agora, são 8 óbitos confirmados e 89 em investigação — colocando a situação no centro das preocupações de autoridades e da população.

O aumento da dengue foi expressivo no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, no Tocantins e em Mato Grosso do Sul. A Saúde apontou que essas regiões apresentam risco de aumento no número de casos e estão sendo monitoradas de perto pela pasta e pelas secretarias estaduais. Por outro lado, o Painel de Monitoramento indica que as cinco unidades da Federação com os maiores coeficientes de incidência são Acre, São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso e Paraná.

O estado de São Paulo tem o maior número de casos, 29.447, segundo a plataforma Painel de Monitoramento, da pasta. No Centro-Oeste, Goiás foi o estado que mais registrou casos prováveis da doença, nas três semanas de janeiro, com 3.770 notificações. Em seguida, o Distrito Federal, com 1.093.

Nos últimos sete dias, Minas Gerais registrou 1.587 novos casos de dengue, um aumento de 296% em relação à semana anterior. Segundo o boletim epidemiológico da Secretaria Estadual de Saúde (SES-MG), divulgado em 13 de janeiro, haviam sido confirmadas 536 infecções pela arbovirose, número que saltou para 2.123 no boletim de ontem.

Houve a confirmação do primeiro caso de dengue tipo 3 em 2025, na cidade do Rio de Janeiro.



Em 2025, já tivemos um aumento de 16,72% de casos em comparação com 2023. Isso nos acende um alerta para a importância da prevenção contra a doença"

Claudia Mello, secretária de Saúde

A paciente, uma mulher de 60 anos, foi diagnosticada com esse sorotipo, que não circula de forma predominante na região desde 2007.

A dengue tipo 3, uma das quatro variantes do vírus, apresenta os mesmos sintomas das outras formas da doença, como febre alta, dor no corpo e nas articulações, náuseas, vômitos, dor atrás dos olhos, mal-estar, dor de cabeça e manchas vermelhas no corpo. A diferença principal está no fato de que o Rio de Janeiro e outros estados do Brasil não haviam enfrentado esse sorotipo nos últimos anos, o que significa que uma parte considerável da

população ainda não tem imunidade natural a esse tipo.

O primeiro caso de dengue tipo 3 em 2025 foi uma surpresa, dado que, em 2024, os sorotipos predominantes foram os tipos 1 e 2. No ano passado, o Rio de Janeiro registrou duas notificações isoladas dessa natureza, mas sem indicio de circulação ampla.

Epidemia

No ano passado, o Brasil viveu um dos maiores surtos registrados da doença, com mais de 6,5 milhões de casos e 6.068 óbitos confirmados. A incidência tem sido volátil, com epidemias

mais intensas em alguns anos e uma aparente redução em outros. No entanto, a secretária de Saúde do Rio de Janeiro, Claudia Mello, destacou que a situação de 2024 foi atípica. Ela alertou para o aumento de 16,72% nos casos de dengue em 2025 em comparação com o mesmo período de 2023.

"No ano passado, vivemos uma grande epidemia de dengue, que já começou no início do ano, portanto, o ano de 2024 foi considerado atípico. Analisando a série histórica, temos 2023, ano sem epidemia e quando registramos 694 casos prováveis nas três primeiras semanas

epidemiológicas do ano. Em 2025, já tivemos um aumento de 16,72% de casos em comparação com 2023. Isso nos acende um alerta para a importância da prevenção contra a doença", disse Mello em entrevista à Agência Brasil.

O combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, segue sendo a prioridade do Ministério da Saúde. O governo mantém o monitoramento dos casos, além de campanhas de conscientização da população, como a "Contra a dengue todo dia".

O plano de contingência, que está em andamento, busca mobilizar as autoridades locais e os cidadãos para a eliminação dos focos do mosquito, com orientações específicas sobre como evitar o acúmulo de água em locais como latas, garrafas vazias, pneus, calhas, caixas d'água descobertas e pratos sob vasos de plantas. Essas medidas de prevenção evitam que o mosquito se reproduza em água parada e elimine focos de dengue para reduzir a proliferação da doença.

Em várias cidades do país, as secretarias de saúde já iniciaram campanhas locais de limpeza e fiscalização para evitar a formação de criadouros do mosquito. A dengue é uma das arboviroses mais recorrentes no país, e, ao lado da chikungunya e do zika vírus, a doença representa um problema contínuo para a saúde pública.

Apesar dos números de 2025 estarem abaixo dos registrados no pico da epidemia do ano passado, as autoridades de saúde alertam para um possível agravamento da situação nos próximos meses, na medida em que o clima tropical favorece a reprodução do mosquito. A combinação de chuvas e calor intenso, comuns no verão brasileiro, cria condições ideais para o aumento da população de *Aedes aegypti*, o que eleva o risco de novos surtos.

CRISE HUMANITÁRIA

Mortes de ianomâmis caem, mas há desafios

» JULIANA SOUSA*

Dois anos após a decretação de emergência de saúde pública na Terra Indígena Yanomami, o governo federal apresentou dados significativos acerca da redução de mortes e do combate ao garimpo ilegal. Um balanço divulgado pelo governo federal, ontem, revelou uma queda de 27% no número de mortes de indígenas no primeiro semestre de 2024 em relação ao mesmo período do ano anterior, com os óbitos passando de 213 para 155. No entanto, o povo enfrenta desafios com denúncias de atividades ilegais.

A crise na maior reserva indígena do Brasil ganhou destaque em 2023, quando mortes de crianças e adultos por desnutrição e doenças agravadas pela presença de garimpeiros ilegais vieram à tona. À época, estimava-se que cerca de 20 mil garimpeiros ocupavam o território, provocando a contaminação de

rios e a disseminação de malária e infecções respiratórias.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou, em 2023, as operações de retirada dos invasores e adotou medidas emergenciais, destinando R\$ 1,7 bilhão para ações de segurança, saúde e assistência social.

Apesar dos esforços, dados divulgados em janeiro do ano passado, revelaram que 363 mortes foram registradas no território, número superior aos 343 óbitos contabilizados em 2022. O Ministério da Saúde atribuiu essa diferença à subnotificação de 2022, durante a gestão de Jair Bolsonaro, quando a maioria dos polos de saúde estava fechada, dificultando o registro adequado das notificações.

Os esforços para melhorar a saúde pública divulgados no levantamento também incluíram a reabertura destes sete polos de saúde desativados, garantindo

Reprodução/Urihi Associação Yanomami



População ianomâmi sofreu com fome e várias doenças provocadas por invasores em seus territórios

atendimento a mais de 5,2 mil indígenas, além da instalação de uma Casa de Governo em Boa Vista para coordenar as operações. Entre as principais demandas, estão a retomada de

atendimentos de telemedicina e a ampliação de serviços médicos para áreas de difícil acesso.

Segundo o governo, a redução do garimpo no território foi expressiva. Dados do Centro Gestor

Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) apontam que a área consolidada pelo garimpo caiu de 4.570 hectares, em março de 2023, para 313,6 hectares em dezembro do mesmo

ano, uma redução de 91%.

No entanto, lideranças indígenas relatam que atividades ilegais continuam em algumas áreas, e que a contaminação das águas e os casos de doenças relacionadas à exploração mineral permanecem problemáticos. O custo de exploração ilegal também aumentou consideravelmente, com relatos de que o preço do óleo diesel e o custo de transporte para os garimpeiros subiram nos últimos dois anos.

Outro aspecto destacado no balanço é a ampliação da presença do Estado no território Yanomami. Entre as próximas iniciativas, o governo pretende inaugurar uma unidade hospitalar com 75 leitos exclusivos para indígenas e concluir a reforma de instalações militares para fortalecer a segurança na região.

Os profissionais de saúde e lideranças indígenas também criticam a demora na consolidação e divulgação dos dados integrais de 2024. O Ministério da Saúde afirma que os números completos estão em fase de qualificação para garantir precisão e confiabilidade.

* Estagiárias sob a supervisão de Luana Patriolino